

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**

**382**

**INCLUSÃO ÉTNICA E RACIAL NO  
ENSINO SUPERIOR: UM DESAFIO PARA AS  
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

**José Jorge de Carvalho**

**Brasília  
2005**

## INCLUSÃO ÉTNICA E RACIAL NO ENSINO SUPERIOR: UM DESAFIO PARA AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

José Jorge de Carvalho<sup>1</sup>

Agradeço imensamente às professoras Dircenara, Clarice, Inês e ao professor Gabriel a honra e o convite para participar da II Semana da Consciência Negra da FEEVALE e compartilhar com vocês o rico momento que vivemos da tentativa de implementação de ações afirmativas no ensino superior no Brasil. Conforme foi colocado pelos professores Mauro e Arnaldo, o Estado, a sociedade civil, as empresas e todas as instituições do país começam, talvez pela primeira vez, a passar a limpo o que foi que nós conseguimos construir, em termos de inclusão, desde a construção da República em 1889. A própria existência do COPAA aqui em Novo Hamburgo atesta essa efervescência atual da luta pelas reparações. Discutir as ações afirmativas nas universidades é uma oportunidade de rever a imagem de nação com que vivemos. Por muito tempo estabilizou-se no Brasil uma imagem do país que foi muito favorável a uma parte da nossa população branca. Essa imagem de um país cordial, que vivesse uma democracia racial, uma estabilidade e uma leveza de comportamento raciais, funcionou durante muitos anos. Provavelmente ela foi estabilizada nos anos trinta, tendo como figura central na construção desse discurso da nação brasileira o grande escritor Gilberto Freyre, cuja obra continua circulando como referência obrigatória. A questão é que Freyre não ofereceu uma solução real: ele apenas criou uma solução discursiva para um problema que não se resolveu nunca no Brasil, que é o racismo e a inclusão étnica e racial.

No momento em que teria sido muito mais fácil realizar essa inclusão, a obra de Gilberto Freyre, ao propor uma noção de democracia racial, encontrou um eco na elite brasileira e o que a elite fez o tempo todo a partir daí foi reproduzir essa obra, ensiná-la nas escolas e nas universidades. Os jornalistas liam e ouviam professores que faziam as exegeses dessa obra e as colocavam nos jornais e muitas pessoas se convenceram (ou quiseram se convencer) como se ela fosse uma representação veraz da nossa realidade. Enquanto a elite intelectual celebrava essa idéia de *Casa Grande e Senzala*, os índices de exclusão racial no Brasil continuaram alarmantes, como o são até hoje. A grande mudança, no momento presente, é que essa idéia de nação vai ter que se transformar, vai ser necessária uma mudança na maneira em que nos vemos enquanto sociedade nacional. O passivo com os negros e os índios que nós temos no presente é consequência de que por muito tempo só foi possível falar desse modo. Dito de outra maneira: muitos intelectuais negros nos anos trinta tentaram confrontar e criticar essa idéia de integração racial apontando para o sofrimento da comunidade negra e eles foram reprimidos severamente ainda nos anos trinta. Nos anos cinquenta, um outro grupo de intelectuais negros tentou novamente colocar para a nação a realidade dessa exclusão. Inclusive Abdias do Nascimento, que está vivo, organizou o Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Há uma foto inclusive daquele congresso com Gilberto Freyre sentado no canto da mesa, ouvindo os palestrantes. Essa foto me transmite a impressão de que ele estaria absorvendo os argumentos dos negros, para depois dar uma

---

<sup>1</sup> Conferência proferida na II Semana de Consciência Negra, no Auditório do Campus II da Feevale, em Novo Hamburgo, dia 17 de novembro de 2004.

resposta conservadora e teoricamente convincente para fazer com que as coisas não pudessem mudar.

Chamo a atenção para o Congresso de 1950 porque a luta pelas ações afirmativas e as cotas nas universidades começou no Brasil no Jornal *Quilombo*, que foi um jornal publicado em 1949 e 1950 pelo grupo de Abdias do Nascimento. Inclusive Haroldo Costa, que já foi presidente do carnaval carioca, pessoa que tem uma trajetória importante na indústria cultural e na mídia brasileira até hoje, já era vice-diretor da Associação dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro naquela época, e ele tinha no Jornal Quilombo uma coluna, que saía sempre com cinco pontos fundamentais do programa do jornal.

Um desses pontos era que, enquanto não se universalizasse a educação pública no Brasil, seria necessário que os estudantes negros entrassem como bolsistas do Estado, na verdade antecipando o que o MEC agora propõe como resposta a essa velha reivindicação. Ou seja, uma forma de ações afirmativas, parecida com a idéia de uma bolsa de estudos para jovens negros, foi colocada em 1949 pelo jornal *Quilombo*. Conforme ocorrera no anos 30, também nos anos cinquenta esse assunto encerrou, não houve um avanço institucional por parte da elite para incorporar a demanda negra por inclusão no sistema educativo. Evidentemente, a demanda não parou e nos anos setenta essa reivindicação cresceu muito mais e encontrou outra barreira muito forte, que foi a barreira da ditadura militar. No momento em que o MNU (Movimento Negro Unificado) colocou com mais ênfase e franqueza a crise do racismo brasileiro, a democracia racial tornou-se uma espécie de doutrina de segurança nacional. Ela construiu uma imagem de nação que foi colocada para a sociedade de forma compulsória, sustentada em uma repressão feroz da discussão do racismo no Brasil, como muitos dos meus colegas negros e brancos estão colocando agora, ao realizarem uma revisão histórica desse período. Forçou-se uma inclusive uma associação das reivindicações dos negros brasileiros com as dos Panteras Negras e outros movimentos de direitos civis que existiam nos Estados Unidos. Houve inclusive uma certa influência do governo norte americano daquele momento sobre os militares brasileiros, pressionando-os para que não permitissem o crescimento da luta anti-racista no Brasil, porque os comunistas se infiltrariam através das suas reivindicações.

Outro pacto construído entre as elites brancas foi através do silenciamento e as universidades ficaram sempre de fora dessa discussão, isto é, sempre participaram desse pacto branco para silenciar a denúncia contra o racismo. Na verdade, esse pacto continua até hoje. Por outro lado, acredito que neste momento não será mais possível conter essa denúncia da exclusão racial e da exclusão indígena. Isso foi colocado inúmeras vezes pelas lideranças indígenas nos fóruns internacionais, na Declaração de Barbados nos anos setenta, e nós continuamos na situação que os índios estão hoje. Gostaria de fechar essa primeira parte dizendo o seguinte: nós convivemos durante mais de cem anos com um dos índices de exclusão racial e étnica mais brutais do planeta na prática, e simultaneamente com uma imagem de nação completamente oposta a isso, de uma nação que fazia inveja a outras nações do mundo que achavam que aqui no Brasil esse problema estava resolvido. Isso fez gerar em todos nós, acadêmicos, uma esquizofrenia monumental, que é a esquizofrenia da qual estamos procurando nos tratar no momento presente.

As universidades ficaram fora porque o projeto das universidades brasileiras foi evidentemente um projeto eurocêntrico, era o orgulho das nossas universidades transladar para o Brasil o saber europeu e isso elas o fizeram sem nenhuma vergonha de dizer que disso se tratava. As universidades federais mais antigas do país (como vocês

sabem a Universidade do Paraná é a mais antiga de todas; depois veio a UFRGS e depois a Universidade de São Paulo), são todas da década de trinta e todas tiveram um perfil completamente branco. E naquele momento inicial teria sido possível integrar negros e índios com muito mais facilidade e com eles teríamos formado os que depois se transformaram em professores das outras universidades. Mas isso não ocorreu. Naquele momento em que teria sido possível gerar uma discussão pública sobre a função social da universidade pública, seu papel social ficou restrito apenas à formação da elite política e econômica do país - a do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo e depois do Rio de Janeiro. A USP, para mim, seria o exemplo típico dessa universidade que se orgulha de ser completamente branca, completamente eurocêntrica até hoje e completamente reacionária à discussão das cotas raciais. Isso não é uma crítica às pessoas, mas à maneira como a instituição se constituiu e se definiu como uma pessoa abstrata na qual as pessoas concretas se espelham.

Um outro momento muito importante, que teria sido também de inclusão, se deu nos anos cinquenta com a formação da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, do Rio de Janeiro, que cresceu também dentro de um clima otimista de modernização e expansão de horizontes.

Um dos maiores cientistas sociais brasileiros do século XX foi Guerreiro Ramos, sociólogo negro, egresso da primeira turma de filosofia da Universidade do Rio de Janeiro. Contudo, apesar do seu brilho intelectual, ele não se tornou professor da UFRJ, tendo sido barrado no concurso para professor. No final da sua vida, contou esse episódio de um modo dramático. Na verdade, ele declarou em uma entrevista histórica, ter sido vítima de racismo: os professores brancos da UFRJ não o queriam em seu meio excludente. Vocês podem imaginar as conseqüências positivas para a comunidade negra caso Guerreiro Ramos tivesse sido professor da UFRJ nos anos cinquenta. Ele teria formado outros alunos que também teriam sido professores, e teríamos hoje um outro panorama da presença negra nas universidades públicas. Ficou no seu lugar um professor que não causou nenhum impacto especial nas nossas Ciências Sociais.

Edison Carneiro também foi outro intelectual negro que tentou ser professor da UFRJ. Ele já tinha sido presidente da Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro e ia substituir Arthur Ramos, seu professor de Antropologia. Ele também perdeu esse concurso para alguém que nem sequer de longe possuía uma produção científica comparável à de Edison Carneiro.

Em 1960 tivemos um outro momentíssimo que teria sido também crucial para a inclusão étnica e racial no Brasil, que foi a fundação da Universidade de Brasília. Lembremos que aquele foi um momento de muita expectativa, de idealismo, de um projeto de nação liderado por Juscelino Kubitschek com a fundação de Brasília. Logo depois, com João Goulart, Darcy Ribeiro tornou-se extremamente influente na sua condição de Chefe da Casa Civil. Darcy havia participado do Congresso Negro Brasileiro de 1950, declarava-se amigo dos índios após haver feito pesquisa entre vários grupos nos anos cinquenta. Infelizmente, parece que ele se “esqueceu” desses vínculos em 1960, quando podia ter incluído negros e índios na UnB, por ele fundada em 1961. Sempre digo que com uma só canetada Darcy Ribeiro teria colocado os negros e os índios facilmente na UnB e agora estaríamos em uma situação muito melhor como nação multi-étnica e multi-racial. Por outro lado, visto que ele se esqueceu de exercer o poder de inclusão que certamente teria naquela época na sua condição de Reitor, os negros e os índios continuaram de fora da universidade pública por mais quatro décadas.

A partir dos anos setenta cresceu o campo das universidades no Brasil, formado por professores que tinham sido egressos daquelas universidades dos anos trinta, da

USP, UFPR, UFRGS, depois da UFRJ, depois da UnB. Assim, a mesma rede branca original simplesmente se duplicou e se expandiu geometricamente. No momento presente, nós temos em média 0,5% de professores negros nas universidades públicas brasileiras. Em algumas, isso chega a um escândalo como o da USP que é de 0,2%. De 4700 professores, nós não contamos 10 professores negros em toda a USP. A Universidade de São Carlos tem 670 professores e tem 3 professores negros, isso chega também a 0,2 %. A UnB tem 1500 professores tem 15 professores negros, é 1%. A maioria chega a 1% como teto. É a mesma porcentagem de diplomatas negros: dos 1000 diplomatas do Itamaraty, apenas uns 10 são negros. Esta é a porcentagem da presença negra na elite brasileira.

Penso que os argumentos em favor das ações afirmativas se esclarecem mais se nós vemos o topo da pirâmide escolar e não apenas a sua base. Nós estamos lutando primeiro para a inclusão no vestibular, mas é preciso compreender que o controle acadêmico, o controle da ciência, o controle do ensino superior por parte da etnia branca é de 99% e por muito tempo ainda permanecerá deste modo iníquo. Acredito que essa situação, moralmente escandalosa deveria motivar-nos e inspirar-nos quando começamos a pensar o que significa propor cotas, se elas devem seguir apenas o recorte de baixa renda ou se deve ser para egressos da escola pública. Tudo isso depende de como nos vemos e nos compreendemos, de quanto tempo achamos que será necessário para que o Brasil se apresente como um país integrado racial e etnicamente.

Posso ilustrar essa exclusão com uma pequena simulação, a partir de uma pesquisa amostral da composição racial dos docentes da Universidade de São Paulo. A USP demorou 20 anos para passar de 0,1% a 0,2% de professores negros. Se continuarmos nesse ritmo tão lento de absorção, vamos precisar de 160 anos para que a USP chegue a ter 1% de professores negros. Isso, partindo de uma hipótese positiva de uma inclusão crescente porque, se piorar, não alcançaremos 1% de professores nem nos próximos três séculos. É preciso ter a consciência desse passivo numérico na cabeça na hora de projetarmos uma imagem de nação multi-racial para o Brasil.

Podemos, então, fazer essa comparação com o Brasil, porque é evidente que este é um assunto extremamente grave e doloroso e difícil de lidar, quando o discutimos apenas entre nós, brancos acadêmicos, que é a situação mais comum que vivenciamos dada a segregação racial já naturalizada em nosso meio. Mudanças dramáticas já ocorreram há décadas passadas em outros países, quando outras sociedades racistas compreenderam que não era mais tolerável continuar com seus padrões históricos de racismo e decidiram mudar seus projetos de nação. São alguns exemplos clássicos gostaria de mencionar rapidamente. Primeiro, a Índia em 1949. Quando a Índia deixou de ser uma colônia britânica, (e nós também estamos vivendo um momento histórico-político que poderíamos chamar de um momento pós-colonial) e se transformou em uma nação independente, foram abertas cotas para os *dalits*, ou *shudras*, também conhecidos como os intocáveis, que conformam o grande conjunto de sub-castas dos que não tinham nenhum acesso à educação. Foram estipuladas cotas para os *dalits* em todas as faixas do sistema educativo e do funcionalismo público. Atualmente, após mais de 50 anos, a Índia ainda está no processo de integração dos *dalits* na vida social, porém é evidente que a situação de inclusão está muito mais avançado agora do que no seu início.

O segundo exemplo é a Malásia, país onde as ações afirmativas funcionaram muito bem até agora. Em 1968, por uma decisão de Estado parecida com a decisão da Índia, o Executivo iniciou um plano de reparações para os *bhumiputras* (o grupo étnico malaio original) que estavam totalmente fora das universidades e do mercado de

trabalho. Eles, que estavam próximos desse 1% de que falávamos da comunidade negra no Brasil, passaram a ter uma porcentagem de cotas de 30% de todos os concursos para funcionários públicos, nas vagas para estudantes e professores, em todos os cargos acadêmicos. Trinta anos após esse projeto de políticas públicas de inclusão através de ações afirmativas, os *bhumiputra* já estão praticamente integrados. Ou seja, o perfil étnico e racial da Malásia é dramaticamente diferente do que era há trinta anos atrás, onde chineses e indianos (as duas etnias dominantes, equivalentes ao papel dominante dos brancos no Brasil) eram praticamente donos de tudo. Então, nós estamos falando de países onde havia um grande contingente populacional etnicamente marcado cujo direito de acesso à cidadania havia sido historicamente negado.

Quero fixar um pouco mais esses dois exemplos, porque o exemplo maior que nós temos é sempre dos Estados Unidos, e os Estados Unidos também passaram por uma dramática transformação na sua cidadania do ponto de vista racial. Pensemos no que era os EUA em 1964, com a exclusão brutal dos negros e vejamos hoje nos jornais de todos os países a foto de Condoleezza Rice como o segundo personagem mais poderoso do país e um dos personagens mais poderosos do planeta. Ela é consequência das ações afirmativas norte-americanas, mas é preciso lembrar que nos EUA a população negra naquele momento do auge dos movimentos civis representava apenas 9% do total. Por isso, essa situação é um pouco diferente da situação brasileira. Ou seja, houve uma transformação drástica que conta uma saga da inclusão racial dos negros nos EUA, narrativa evidentemente muito importante e muito digna, e é uma saga da inclusão de apenas 9% da população nacional. Se lembrarmos que no Brasil estamos falando de 45% da população, o Brasil se parece mais com os países que tinham duas etnias dominantes demograficamente e uma etnia controlava todos os bens, todos os recursos e o acesso irrestrito aos cargos de importância em 98% de todos eles, que é a porcentagem dos estudantes nas nossas universidades públicas. Não dá para comparar sequer com os EUA nesse ponto, porque não se trata de uma solução para uma minoria: trata-se de superar a exclusão sistemática de quase metade da população nacional.

Considero importante frisar que não se trata de um raciocínio para propor ações afirmativas para uma minoria; é uma outra idéia de nação que aparece. Então, se a porcentagem dos negros na região de Novo Hamburgo é de 10%, ou no Rio Grande do Sul como um todo é de 17%, fica claro que a presença atual da população negra nas universidades gaúchas está abaixo de 5%.

Se houve uma inserção dramática dos negros no ensino superior com 9% nos EUA, então, temos então que fazer essa inserção dramática com os 17% daqui do Rio Grande do Sul, porcentagem ainda menor que em outros lugares do Brasil como Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, onde as porcentagens da população negra nos estados vão de 50% até quase 80%. Insistamos no ponto central: é totalmente possível compreender a necessidade urgente dessa transformação, bastando que aceitemos os dados oficiais do IPEA sobre a exclusão racial e étnica e os consideremos como moralmente inaceitáveis.

Outro ponto que precisa ser tomado em conta é o caráter generalizado, sob o ponto de vista geográfico, da exclusão racial no Brasil. Em outros países da Diáspora africana nas Américas, os grupos étnicos excluídos formaram sub-regiões nacionais. Tal é o caso da comunidade negra na Venezuela, concentrada na região de Barlovento e da comunidade negra na Colômbia, concentrada na região do Chocó. Nesses países, apesar do racismo e da segregação racial, pelo menos algumas regiões concentram a desigualdade racial, o que torna mais fácil expor o problema e mais difícil para a elite branca dominante fazer de conta que ele não existe. Já no caso do Brasil, nossos índices

de exclusão vão do Rio Grande do Sul ao Amapá e são mais ou menos os mesmos, seja na composição dos estudantes de graduação das nossas universidades, na dos mestrados e doutorandos e na composição dos professores universitários. Isso também dá uma característica especial à situação brasileira, ela exige também uma reconfiguração total por isso. Negar a discriminação racial no Brasil e negar a necessidade de uma discriminação positiva é negar a existência de uma injustiça crônica que se instalou no país há mais de cem anos do Oiapoque ao Chuí.

Se ela é generalizada e se ela tem uma história de pelo menos setenta anos (refiro-me não ao início da República, mas aos anos trinta, momento em que as universidades se constituíram e que teria sido o momento de se definir quais seriam suas regras de funcionamento e suas funções sociais) minha posição é a seguinte: onde for possível integrar, essa integração deverá ser realizada instantaneamente, ao mesmo tempo e em todos os espaços acadêmicos possíveis. Por exemplo, se nós temos uma população de secundaristas negros, pelos cálculos apresentados pelo IPEA e pelo MEC de algo em torno de 2 milhões e setecentos mil; e se o número dos estudantes negros nas universidades não chega a cem mil, temos então uma demanda enormemente represada de secundaristas negros para entrar nas universidades e é por isso que precisamos de cotas em todas elas, para acelerar e dar conta dessa demanda. E se já temos uma população de universitários negros que não é muito alta, mas que já está perto de oitenta mil, esses estudantes vão querer fazer o mestrado, logo precisamos pensar imediatamente em modelos de ação afirmativa que abram as portas da pós-graduação, para sermos coerentes com todo o esforço de cotas nos vestibulares que já estão acontecendo. Caso contrário, os jovens bacharéis negros serão barrados pelo mesmo funil apertadíssimo que já tem setenta anos de existência. Não pode e não deve acontecer. É nosso dever integrar os jovens graduados negros no mestrado.

Se já temos mestres e mestras negros querendo entrar no doutorado, passaremos a abrir também as portas do doutorado para acelerar a inclusão dos mestres. Na verdade, acredito que o sistema de ações afirmativas só faz sentido completo se é introduzido simultaneamente em todos os níveis do sistema educativo, de modo que a igualdade racial seria promovida tanto de baixo para cima como de cima para baixo.

A mudança mais dramática seria ainda mais em cima, nos professores. Seria simplesmente absurdo que esperássemos 160 anos para passar de 1% a 2% de professores negros, como é o caso patético da USP. Se o MEC vai abrir concurso agora para 6000 vagas para renovar os quadros docentes das universidades públicas, temos que abrir cotas imediatamente para garantir a inclusão de um mínimo de professores negros, porque se deixamos o sistema como está, já sabemos que essa inclusão racial não ocorrerá. Já faz muitos nos que não temos concursos e se perdermos esta oportunidade, pode passar mais uma década antes que haja uma leva tão grande de vagas para a entrada de professores no sistema docente público. Este é o momento exato de começar a melhorar a integração do sistema. É preciso ter esse panorama porque daqui sairão os jovens acadêmicos que também farão concursos em outros lugares. Que eu saiba, o tema da exclusão racial na docência superior não está colocado em discussão por nenhum dos atores principais da Reforma Universitária. Tanto o MEC quanto o ANDES, a ANDIFES e a UNE continuam silenciando o drama do nosso racismo acadêmico. Esse tema deveria ter sido colocado como prioritário em uma reforma universitária, como uma oportunidade rara de uma mudança dramática na realidade acadêmica brasileira.

Poderíamos implementar o que explico em meu livro como um sistema de preferências: aonde existir um candidato negro em condições de ingressar na carreira de

professor, ele deverá ter preferência entre os candidatos aprovados. Na mesma linha de argumentação, já formulei uma proposta de ações afirmativas para a pós-graduação. Precisamos de cotas na graduação porque o vestibular generaliza a competição pelo acesso. Por outro lado, a pós-graduação não é universalista: ela é temática e baseia-se sempre em um conjunto de interesses. Assim, muitas vezes um estudante com mais capacidade não entra na pós-graduação porque não encontra o tema que queria estudar. Digamos que o programa de pós-graduação que escolheu não oferece o tema de seu interesse, enquanto um candidato menos preparado consegue entrar porque encontrou um tema adequado e um professor que aceita orientá-lo. A pós-graduação é totalmente seccionada por interesses.

Raciocinar nos termos da pós-graduação torna-se mais complexo, o que implica uma vontade maior. Somos obrigados a colocar o interesse de integração racial como mais um interesse constitutivo de todos os programas de pós-graduação do país. A mesma coisa deveria valer com respeito aos concursos de professores: onde houver um candidato negro com o perfil para uma determinada vaga oferecida, ele terá a preferência entre todos os aprovados. Diferente do sistema de cotas, que se baseia em porcentagens fixas e previstas, no sistema de preferência não se pode tabelar de antemão quantas vagas serão reservadas.

A mesma idéia de preferência deveria ser usada em relação à carreira de pesquisa do CNPq. Dos oito mil pesquisadores do CNPq, o número de pesquisadores negros é irrisório, não passa de 0,1%. Essa ação afirmativa é necessária porque as redes da pesquisa estão estabelecidas e é muito difícil furar essa rede autonomamente, ou individualmente. A tendência é a rede se auto-reproduzir com os professores colocando seus orientandos nos novos cargos a ser preenchidos. Como os pesquisadores negros não foram incluídos no momento de formação da rede nacional de pesquisadores; e como não foi possível formar uma rede paralela de pesquisadores negros, os jovens candidatos à carreira estão sendo barrados nas suas tentativas de entrar no sistema. Somente uma ação integrada entre CNPq, CAPES e SESU poderia equacionar a necessidade de uma mudança urgente nas regras de ingresso à pós-graduação, à docência superior e à carreira de pesquisador.

O grave quadro de exclusão aqui descrito aponta para a necessidade e a urgência de um esforço de inclusão racial que não pode se limitar apenas às universidades públicas, porque, por mais que lutemos por mais vagas, não será de um dia para o outro que poderemos quintuplicar o número de vagas no vestibular, na pós-graduação e na docência. E sabemos, responsabilmente, que não contamos com uma reserva de meio milhão de professores qualificados. Fica, claro, portanto, que esse esforço corresponde a todas as universidades - públicas, privadas, comunitárias e públicas não estatais. Ou seja, se se trata de empreender uma revisão radical da imagem e da reconstrução da nação brasileira, temos que abrir as portas para os índios e os negros para que possam entrar em todo o sistema de ensino superior, seja privado, público estatal e não estatal e comunitário, cada qual segundo suas possibilidades e respeitando o seu modo próprio de realizar a inclusão.

Temos que mentalizar essas tarefas em termos de décadas e não de anos. Se restringirmos a luta apenas às universidades públicas, as décadas de espera se transformarão em séculos e seria até absurdo raciocinar nesses termos. Para que os professores e estudantes da FEEVALE tenham uma idéia do nosso passivo de inclusão, a África do Sul já era mais integrada que o Brasil mesmo nos dias do *apartheid*. E hoje em dia, qualquer universidade da África do Sul tem mais professores negros, mais

alunos negros na graduação, no mestrado, e no doutorado que a maioria das universidades públicas brasileiras.

Queria terminar dizendo o seguinte: a África do Sul e os Estados Unidos viveram um processo dramático de inclusão das suas respectivas comunidades negras; a Índia viveu um processo histórico de inclusão dos excluídos pela casta; a Malásia atravessou o processo de inserção praticamente definitiva dos nativos malaios; o Canadá conseguiu resolver o problema da exclusão histórica dos inuit, ou esquimós, criando inclusive faculdades específicas para os esquimós e outras nações indígenas; a Austrália também conseguiu estabelecer políticas de inclusão para os aborígenes, que sempre foram massacrados pela etnia branca, de um modo muito parecido com o massacre sofrido pelos índios brasileiros; e a Nova Zelândia estabeleceu também uma política de igualdade étnica que pôde incluir os Maoris no sistema educativo superior. Pensar grande, de um modo digno do saber que já acumulamos sobre nossos próprios dilemas políticos, sociais, étnicos e raciais, seria implementar processos de inclusão similares aos desses demais países aqui no Brasil.

Devemos realizar uma inclusão generalizada dos negros e dos índios em todos os espaços do ensino superior, para que os seus saberes há tanto tempo negados tenham finalmente espaço para crescer e influenciar nossos parâmetros de saberes. Faremos a inclusão não somente para que os negros se preparem melhor para competir no mercado de trabalho, mas também para que as nossas disciplinas expandam os seus horizontes e se renovem. Por exemplo, para que a nossa Psicologia seja mais rica, e que não reproduze apenas teorias psicológicas eurocêntricas trazidas dos EUA e da Europa, para uma população composta em sua metade de negros e índios – enfim, para desenvolver uma Psicologia que seja também negra e indígena. Para que os departamentos de Arte estudem também arte negra e indígena e não somente arte européia. Para que os departamentos de Música ensinem também música africana e indígena e não apenas ocidental. Para que nossa Arquitetura também inclua as arquiteturas indígenas e africanas. Todos os saberes das nossas universidades se ampliarão a partir da inclusão de negros e índios. Os estudantes e pesquisadores das nossas universidades somente têm a ganhar com o intercâmbio intelectual que surgirá do convívio entre brancos, negros e indígenas.

Finalizando, devemos enfatizar que o Brasil é uma nação multicultural, mas que se nega a se reconhecer com tal. Trata-se de uma nação multicultural que resiste em abandonar sua crônica, datada e limitada perspectiva monológica; que não consegue realizar, de fato, essa vocação multicultural que carrega pela sua própria diversidade constitutiva. O desafio fica, para que cada região e cada qual no seu lugar, contribua para a realização dessa multiculturalidade, pelos saberes e pela cidadania. Novo Hamburgo é uma região também multiétnica e multiracial. O problema é que existe um grupo racial aqui (o grupo negro) que certamente tem uma história de discriminação e exclusão muito maior do que os outros e esse grupo é uma minoria (12%), então, não é a metade da população. Essa região pode sinalizar para o resto do Brasil que está realizando um esforço de integração racial e com isso servir de vanguarda, estímulo e emulação para que outras regiões do Brasil também façam o mesmo.

A proposta é que a FEEVALE possa ser líder entre as universidades comunitárias e que ela possa ampliar esse campo de integração racial para as universidades privadas e públicas não estatais. A Universidade de Brasília foi a primeira universidade federal a propor cotas para negros e vagas para índios em 2003. Os índios entraram na UnB em março de 2004 e a primeira geração de cotistas negros entrou em agosto de 2004. Aquele foi o primeiro ano de integração racial na história da

Universidade de Brasília. Mais quatro universidades federais já iniciaram sua experiência de inclusão racial: a UFPR, a UFAL, a UFBA e a UNIFESP. Entre as universidades estaduais, já funcionam cotas na UERJ, a UENF, a UNEB, a UEMS e a UEL. A UNEMAT não somente aprovou as cotas para negros como é pioneira no terceiro grau indígena no Brasil. Falta agora as universidades comunitárias se unirem a esse grupo de universidades públicas para tentar construir, em um futuro não de séculos, mas de décadas, a possibilidade de um país deveras integrado étnica e racialmente. Convidamos a FEEVALE a implementar o seu sistema de cotas para incluir os estudantes negros da região de Novo Hamburgo e de todo o Rio Grande do Sul Muito obrigado.

Respostas do professor às perguntas que lhe foram feitas:

#### 1. Sobre o detalhamento do sistema de cotas aprovado na UnB

As ações afirmativas evidentemente não se restringem às cotas. Elas talvez sejam o tipo mais dramático de ações afirmativas, que é reservar um conjunto definido de vagas. Na verdade, o projeto que aprovamos na UnB refere-se a um Plano de Metas para a Integração Étnica, Racial e Social da Universidade de Brasília. Esse Plano de Metas foi aprovado pelo Conselho da Universidade com duração de dez anos. Dito de outro modo, o Conselho da Universidade concede que por dez anos iremos mudar o nosso vestibular através de uma série de medidas. Quando pensamos em um Plano de Metas, estamos frente a um projeto de inclusão que é mais abrangente do que só as cotas. As cotas são apenas uma parte do Plano, que contém uma política de acesso, em que podemos definir em primeiro lugar cotas. O vestibular são duas mil vagas, separamos quatrocentas vagas para os estudantes negros e um número de até 15 vagas para os índios, para cada semestre. São os próprios índios que solicitam o curso em que querem entrar. Abrimos no máximo duas vagas para cada curso para atender às solicitações dos índios. As reivindicações são variadas e em cada semestre os indígenas podem alterar a escolha dos cursos que desejam fazer.

Há também um apoio à escola pública do Distrito Federal. Essa foi outra parte aprovada também porque a escola pública não é homogênea, ao menos em Brasília, e imagino que em muitas outras cidades também deve ser assim. A escola pública do Plano Piloto prepara melhor os alunos para entrar no vestibular do que a escola de periferia. Ou seja, se nós colocássemos cotas para a escola pública, continuariam entrando os estudantes de classe média branca do Plano Piloto - contando inclusive com que uma parte dos estudantes das escolas particulares iria migrar para a escola pública do Plano Piloto e assim entrariam. Dessa maneira, continuaríamos tendo a mesma desigualdade social e racial de sempre. A proposta alternativa foi um apoio, o equivalente a um pré-vestibular, para as escolas públicas de periferia.

No que diz respeito à permanência, que é um ponto tão importante quanto o acesso, a UnB se compromete a dar uma bolsa integral a todos os estudantes negros de baixa renda, já que nós não fizemos nenhum recorte de renda com as cotas, que são para estudantes negros, independente de sua renda familiar. Contudo, para os de baixa renda, a universidade concede uma bolsa e dá preferência no alojamento da casa dos estudantes. No que tange aos índios, a FUNAI provê para eles a bolsa e o alojamento. Além da bolsa para os estudantes negros e indígenas, existirá também um programa de

acompanhamento psicopedagógico, visto que os estudantes vão entrar em um ambiente branco, elitizado, que nunca recebeu indígenas nem um contingente tão grande de negros. Temos que acompanhar esse processo responsabilmente por várias razões, a fim de continuar esse diálogo com a geração dos que vão entrar. Esse acompanhamento é tão importante quanto o acesso, para que o aluno cotista possa permanecer bem nesse ambiente universitário que foi constituído para receber apenas estudantes brancos. Então, o acompanhamento psicopedagógico faz parte do plano de ações afirmativas. Foi colocada também uma ouvidoria, extensa a todas as pessoas em condições de vulnerabilidade, seja pela condição racial, pela preferência sexual, pelo gênero, pelas necessidades especiais ou qualquer outra forma de vulnerabilidade.

No que diz respeito às bolsas de permanência, elas podem ser feitas de vários modos. Podem ser através de bolsas dadas por fundações para pesquisa, podem ser preferências nas bolsas de iniciação científica. Ou seja, mesmo uma universidade que não tenha cotas, quando ela solicita ao CNPq bolsa de iniciação científica, ela pode fazer outro tipo de ação afirmativa, simplesmente dando preferência para estudantes negros na divisão das bolsas de iniciação científica. A universidade pode criar um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, ou um Núcleo de Estudos Indígenas e assim criar um clima favorável à cultura afro-brasileira e à cultura indígena dentro da universidade. Que sejam construídos pólos de valorização dos saberes indígenas e africanos nas universidades. Isso também é uma ação afirmativa porque nós estamos lutando também no campo do imaginário, tentando tornar mais plural um imaginário acadêmico brasileiro que tem sido até aqui inteiramente eurocêntrico. A maioria dos Centros de Estudos Clássicos, Centros de Estudos da História Medieval, de História Contemporânea, ou seja, aqueles que invariavelmente são chamados de centro de estudos lidam exclusivamente com a cultura européia. Poucos são os que lidam com a cultura africana. Isso também seria uma forma de ação afirmativa. Há um elenco de possibilidades nessa área.

## 2. Sobre o parentesco entre as minhas propostas e a idéia de “ninguendade” de Darcy Ribeiro

Em um dos capítulos do meu livro sobre as cotas eu discuto essas idéias de Darcy Ribeiro e apresento minha discordância delas. Sua idéia de mestiçagem e ningundade é uma coisa enquanto utopia, porém, enquanto descrição histórica do país é outra bem diferente. Inevitavelmente, o Brasil é um país de origem européia, africana e indígena. Contudo, a imagem de integração por ele descrita e depois retomada por Roberto Da Matta (apesar das diferenças políticas entre os dois) na imagem de um triângulo das três raças, não creio que seja apropriada. Não sei qual figura geométrica representa-nos melhor, mas seria uma estranha figura geométrica que certamente não é um triângulo. Não pode ser um triângulo, porque os brancos têm 98% de todos os postos chave da nação. Geralmente imaginamos um triângulo com um terço de cada raça, mas não é assim. Dito de outro modo, a idéia de um triângulo com dois lados absolutamente menores que o terceiro (um triângulo isósceles com uma base enorme e os dois lados que dela saem achatadíssimos), é contra-intuitiva do ponto de vista da representação simbólica. Exemplifico como a ningundade despolitiza a questão da exclusão racial.

Dos setenta e sete juizes dos tribunais superiores, apenas dois são negros e nenhum é índio. Dos mil diplomatas, apenas dez são negros e nenhum índio. De todos

os professores universitários, temos apenas 1% de negros e nenhum índio. Portanto, não conforma um triângulo na realidade. Historicamente, a etnia branca ficou com toda a riqueza e com todos os cargos de influência capazes de decidir os destinos de todos – de brancos, de negros e de indígenas. Apenas no futuro, através de anos e anos de ações afirmativas poderíamos chegar a essa situação de construir um triângulo de raças no Brasil. Entendo a posição de Darcy Ribeiro muito mais como utopia. O que quero dizer é que sua posição não descreve a nação, pelo menos na maneira como eu leio o Brasil em que vivemos cotidianamente. É constrangedor para mim sair de um auditório em que estou dando uma conferência para estudantes negros da Bahia (como a reunião anual do CENUMBA, Coletivo de Estudantes Negros das Universidades Baianas, do qual participei) e voltar para a sala de aula da UnB e reencontrar-me com quarenta estudantes brancos. Não faz sentido uma situação dessas. É muito difícil lidar com o grau de segregação com que vivemos. É-me pessoalmente insuportável continuar com ele e por isso defendo a inclusão étnica e racial imediata no ensino superior.

Entendo o que Darcy Ribeiro quer dizer com sua fantasia de uma sociedade futura mestiça, mas o que importa resolver agora é o fato de que a mestiçagem não trouxe cidadania para os negros, nem para os índios. Agora, como vamos fazer para chegar a essa cidadania, esta é a questão que me interessa e me mobiliza. As ações afirmativas são uma alternativa concreta. Se tivermos outras, uma revolução dramática como a revolução cubana que estatiza todos os bancos, faz uma reforma agrária instantânea, distribui todos os bens imediatamente, aí certamente começaríamos a integrar-nos étnica e racialmente. Mas essa revolução não está no horizonte.

Entendo que estamos fazendo nesse momento uma radiografia da nossa situação. Por que nós fizemos a proposta de cotas por dez anos? Tem a ver com o mercado de trabalho. Nos próximos cinco anos formaremos uma geração de estudantes negros que entrarão pelas cotas. Em seguida, vamos acompanhar a inserção desses estudantes negros no mercado de trabalho. E sabemos bem que o mercado de trabalho também é racista. Vamos observar se ele vai ficar mais ou menos racista, isto é, verificar como ele vai receber os estudantes cotistas que entraram por ações afirmativas na UnB. Aí poderemos avaliar outra estratégia, porque uma segunda geração vai encontrar uma universidade melhor, mais integrada racialmente, para lutar por um mercado de trabalho racialmente justo e equitativo. Contudo, esse esforço tem que ser equacionado como um todo. É uma questão da elite da nação aceitar reconhecer-se nesse espelho doloroso e a partir daí estabelecer metas de integração e igualdade racial.

Ivair Augusto dos Santos, que atua na Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério de Justiça, argumenta que vários jovens negros conseguem entrar no serviço público através dos concursos, mas nunca alcançam os cargos de chefia porque esses cargos são “de confiança”, isto é, são discricionários: não estão submetidos aos critérios meritocráticos e sim a decisões absolutamente pessoais. Do mesmo modo, é preciso pensar naquele famoso “trem da alegria”, na era Sarney, imediatamente antes que se colocassem os concursos para entrada no serviço público. Aí entrou uma leva de milhares de pessoas no serviço público. Que eu saiba, não foi feita ainda uma avaliação do prejuízo causado à comunidade negra por aquele trem da alegria, porque fechou a possibilidade de acesso a muitos cargos por vinte e cinco ou talvez trinta anos. A parte corrupta da comunidade branca se antecipou à concorrência aberta, justa e equânime e ocupou os postos oferecidos pelo trem da alegria. Ao fazê-lo, barrou injustamente não apenas brancos capazes, mas também negros capazes, que já eram minoria nos postos mais destacados e a partir daí passaram a ser menos ainda. Essa análise precisa ser feita, racializar a idéia do que foi o trem da alegria em Brasília em 1986: foi mais uma forma

de fechar portas para os negros, quase cem anos após o abandono que sofreram em 1888.

Da era Sarney aos dias de hoje muitos dos cargos que antes eram do Estado foram terceirizados, o que gerou outro problema também: ficou mais difícil para os negros entrar nos postos mais importantes, basicamente porque se tornaram mais escassos. É preciso fazer a radiografia do mercado de trabalho neste momento e ver como podemos combinar essa análise com as propostas de ações afirmativas. Seria importante refazer a própria idéia de chefia, que não deveria mais ser nem discricionária nem personalizada. Talvez, por muito tempo ela não possa mais ser de confiança, como na Malásia, nos EUA e na África do Sul ela deixou de ser discricionária. Em todos esses países, a igualdade racial nas chefias tornou-se compulsória, como corresponde a um assunto de interesse de um Estado que se comprometeu a intervir na desigualdade étnica e racial historicamente construída. Não podemos mais escolher somente na base da confiança, temos que estabelecer metas e políticas de igualdade. Podemos começar com as metas e políticas de igualdade étnica e racial no meio no qual atuamos, o meio acadêmico. Muito obrigado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Eis algumas referências bibliográficas básicas sobre o tema das ações afirmativas no Brasil atual.

CARVALHO, José Jorge *Inclusão Étnica e Racial no Brasil. A Questão das Cotas no Ensino Superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (orgs.) 2004) *Afirmando Direitos: Acesso e Permanência de Jovens Negros na Universidade* . Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (org.). *O Negro na Universidade Brasileira*. Salvador: A Cor da Bahia, 2003.

SANTOS, Renato Emerson & Fátima Lobato (orgs) *Ações Afirmativas. Políticas Públicas contra as Desigualdades Sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.) *Educação e Ações Afirmativas: Entre a Justiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.